

## **Proposta do Núcleo Feminista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa para o Caderno Reivindicativo:**

### Garantia da Igualdade de Género

#### Segurança:

Propomos o reforço da segurança nos campus das Universidades. Devido a contínuos casos de assédio exigimos videovigilância em redor das faculdades; iluminação efetiva, isto é, nas zonas mais escondidas e sombrias (inclusive nas zonas onde já existe luz mas estas pouco iluminam); e ainda, patrulhamento em todo o campus universitário e principalmente nas zonas onde ocorrem mais casos de assédio. Os estudantes, e principalmente, do género feminino, têm sentido desde sempre insegurança ao andarem no campus da Universidade devido a situações de assédio constantes.

#### Docência:

Reivindicamos a efetivação de quotas de igualdade de género na docência das faculdades, de forma a ter uma docência qualificada e que represente todas as alunas.

Exigimos a fiscalização no programa dos docentes que vão contra os princípios fundamentais descritos na Constituição da República Portuguesa, sendo que nos anos passados tem-se verificado a existência de ideais patriarcais e inconstitucionais em certos programas.

Deve existir um incentivo à utilização bibliográfica de autoras mulheres, depois de analisado a maior parte dos programas lecionados e, conseqüentemente, bibliografia indicada, verificámos que existe em quantidade superior a utilização de bibliografia de autores masculinos.

A existência de casos de assédio dentro das faculdades, por parte da docência para discentes, exige uma maior fiscalização assim deve-se promover medidas sancionatórias para os docentes; Deve ser criado um canal dentro das próprias faculdades especializados para tal de forma a apoiar e proteger os estudantes que sofrem tais abusos.

#### Parentalidade:

O Núcleo Feminista reivindica que o regime de faltas que é aplicado à maternidade, seja aplicado a ambos os progenitores, de forma a providenciar um contexto de igualdade.

Regime de faseamento das prestações das propinas diferenciado para quem tiver filho/a(s) durante a licenciatura, mestrado ou doutoramento, independentemente do género.

De forma a auxiliar os estudantes, independentemente do género e do ciclo letivo dos mesmos, o Núcleo incentiva à criação de creches nas universidades, preferencialmente com horário alargado para abranger também os estudantes que frequentam o regime pós-laboral.

Propinas:

O Núcleo defende a existência de um teto máximo de propinas para alunos/as internacionais, considerando discriminatório que a nacionalidade interferia com a educação dos mesmos. Os alunos internacionais são fundamentais para que certos cursos continuem abertos.

O Núcleo defende a existência de um teto máximo de propinas para mestrados e doutoramentos. O ensino superior não pode continuar a ser elitista, muitos dos estudantes querem seguir os seus estudos, mas não têm possibilidades financeiras para tal, assim o acesso ao mesmo fica condicionado mostrando-se incompatível com o art. 76º/1 da Constituição da República Portuguesa, as propinas devem ser acessíveis para quem quer prosseguir os estudos.

Inclusão:

O Núcleo reivindica a utilização de linguagem inclusiva nas Universidades (diferente da linguagem neutra que altera a língua portuguesa). Sendo já usada na Administração Pública. O objetivo da linguagem inclusiva pretende evitar a utilização do género masculino universal, trocando o mesmo por utilizar um nome que não alude ao género ou quando se faz referência que se utilizem ambos. Existe um Manual de Linguagem Inclusiva aprovado pelo Conselho Económico e Social aprovado em Plenário do CES de 20/05/2021 que deve ser tido em conta na implementação desta medida.

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/12-Manual-de-Linguagem-Inclusiva-CES.pdf>